

**CONCURSO PARA APRESENTAÇÃO DE
CANDIDATURAS**

N.º CENTRO – 64 – 2021 - 06

PRIORIDADE DE INVESTIMENTO

11.2

Reforço de capacidades junto de todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, incluindo através do estabelecimento de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local.

**CAPACITAÇÃO DOS CENTROS DE CIÊNCIA VIVA
DA REGIÃO CENTRO**

Índice

Preâmbulo	3
1. Objetivos e prioridades de investimento visadas	4
2. Tipologia das operações e ações elegíveis	4
3. Entidades beneficiárias	5
4. Área geográfica de aplicação	5
5. Condições de acesso deste Aviso	5
6. Forma e limites dos apoios	7
7. Regras e limites à elegibilidade de despesas	7
8. Duração dos projetos	9
9. Critérios de seleção das candidaturas	9
10. Limite ao número de candidaturas	9
11. Taxas de financiamento	9
12. Forma e limites dos apoios	10
13. Documentação adicional	10
14. Modalidades, procedimentos e prazo para apresentação das candidaturas	10
15. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas	11
16. Aceitação da decisão	12
17. Pedido de alteração e regime de financiamento	12
18. Dotação indicativa do fundo a conceder	14
19. Identificação dos indicadores de resultado a alcançar	14
20. Regras de informação e comunicação sobre o financiamento das operações	14
21. Divulgação de resultados e pontos de contacto	14
22. Outras disposições	15
Anexo I - Avaliação de Mérito	16
Anexo II - Diagrama dos procedimentos de análise e decisão das candidaturas	19
Anexo III - Ficha Sumária de Atividade	
Anexo IV - Orçamento Global	
Anexo V - Metodologia de Custos Simplificados	

Preâmbulo

Na Declaração de Roma, de 25 de março de 2017, por ocasião da comemoração dos 60 anos do Tratado de Roma, os dirigentes dos 27 Estados Membros e do Conselho Europeu, do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia, comprometeram-se a trabalhar para uma União onde os jovens tenham acesso a melhor educação e formação.

Existe hoje um consenso nacional em torno do papel motor da ciência e da tecnologia no desenvolvimento das sociedades modernas, em que uma sociedade baseada no conhecimento estará em condições de mobilizar o capital humano indispensável à sua prosperidade e bem-estar, assegurando ao mesmo tempo o envolvimento ativo dos cidadãos e a sua aproximação à ciência. O sucesso na criação de sociedades baseadas em conhecimento exige fundamentos sólidos no ensino da ciência, tecnologia, engenharia e matemática, e na sua ligação com as mais variadas áreas do saber e da cultura.

Tal requer a promoção da educação e da cultura científica como estratégias centrais de desenvolvimento sustentado e, em especial, numa sociedade digital globalizada.

Neste contexto, foram criados os Centros de Ciência Viva, com o intuito de dinamizar espaços públicos de contacto com a ciência e a tecnologia que vêm assumindo, desde 1997, um papel de grande relevo na divulgação científica e tecnológica em especial junto da população jovem, os quais têm vindo a ser apoiados na sua implantação através do Programa Operacional Regional do Centro, nomeadamente no QREN.

Os Centros Ciência Viva são parceiros ativos das escolas e professores do ensino básico e secundário e são, igualmente, recursos fundamentais para o conhecimento, para o trabalho em rede e a criação de emprego, dando visibilidade aos desenvolvimentos tecnológicos mais recentes, mas também os mais sustentados e adaptados às respetivas regiões. A afirmação dos territórios e dos recursos da Região Centro passa pela qualidade, competência, eficácia da ação e capacidade de coordenação e cooperação dos agentes regionais, em particular as entidades de natureza pública, mas também outras entidades, nomeadamente de natureza associativa e mesmo privada. Esta afirmação é tanto mais relevante quando estão em causa um grande número e diversidade de entidades, antes de mais, do sistema científico e tecnológico regional, com particular destaque para as instituições de ensino superior, mas também de entidades da área associativa empresarial.

O trabalho em rede, promovendo a coordenação estratégica e operacional, a otimização de meios, a partilha de informação e de recursos, a articulação e complementaridade nas ofertas e serviços disponibilizados, são decisivos para afirmar nacional e internacionalmente a região.

Contudo, esse trabalho em rede, para ser pleno de eficácia, tem que ter uma forte liderança e coordenação, alicerçada num modelo de governação inclusivo e numa estrutura técnica e operacional com competências e capacitação para mobilizar os parceiros para a concretização do projeto.

O presente Aviso de concurso foi elaborado ao abrigo do n.º 7 do artigo 16.º do **Regulamento Geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI)**, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 215/2015, de 6 de outubro, n.º 88/2018, de 6 de novembro, n.º 127/2019, de 29 de agosto, e n.º 10-L/2020, de 26 de março.

1. Objetivos e prioridades de investimento visadas

A apresentação de candidaturas no âmbito do presente Aviso tem como objetivo o desenvolvimento do potencial humano e das competências internas dos Centros de Ciência Viva mais ajustadas ao bom desempenho das respetivas funções.

A prioridade de investimento (PI) visada é a 11ii “Reforço de capacidades junto de todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, incluindo através do estabelecimento de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local” incluída no Objetivo Temático 11 - “Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração pública”, do eixo 8 - “Reforçar a Capacitação Institucional das Entidades Regionais” do PO Centro2020, a apoiar com recurso ao Fundo Social Europeu (FSE).

2. Tipologia das operações e ações elegíveis

O presente aviso diz respeito às seguintes tipologias de ação prevista no Programa Operacional Regional do Centro, a saber:

- Fortalecimento de cooperação, capacitação institucional e trabalho em rede, através da construção de mecanismos de articulação a nível regional e subregional;
- Desenvolvimento do potencial humano e das competências internas das instituições regionais mais ajustadas ao bom desempenho das respetivas funções.

São elegíveis as seguintes áreas de intervenção, em conformidade com os objetivos a prosseguir referidos nos pontos anteriores:

- promover a cultura científica e tecnológica da população em geral e dos jovens em particular, dinamizando uma cidadania ativa;
- mostrar ao público, sobretudo aos jovens, as relações entre os conhecimentos desenvolvidos no ensino formal e a vida quotidiana, a produção e a aplicação, promovendo a cultura científica e tecnológica;
- desenvolvimento de ações-piloto e atividades de demonstração de promoção da cultura científica.
- reforço do trabalho em rede entre os Centros de Ciência Viva com enfoque no território e nos recursos da Região;
- promoção da avaliação do impacto educacional dos Centros de Ciência Viva.

3. Entidades beneficiárias

São beneficiários do presente aviso de concurso as entidades gestoras dos Centros de Ciência Viva, reconhecidos como tal, nos termos do Regulamento da Rede de Centros Ciência Viva em conformidade com o Despacho n.º 8890/2002, de 30 de abril, do Ministro da Ciência e Tecnologia, com sede na Região Centro.

4. Área geográfica de aplicação

O presente Aviso de concurso tem aplicação na região NUTS II do Centro.

5. Condições de acesso deste Aviso

Os beneficiários devem cumprir os critérios de elegibilidade previstos no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, e ter em atenção os impedimentos e condicionantes constantes do artigo 14.º do mesmo diploma.

São ainda obrigações dos beneficiários, sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação europeia ou nacional, as constantes do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação:

- a) Executar as operações nos termos e condições aprovados;

- b) Permitir o acesso aos locais de realização das operações e àqueles onde se encontrem os elementos e documentos necessários ao acompanhamento e controlo do projeto aprovado;
- c) Conservar os documentos relativos à realização da operação, sob a forma de documentos originais ou de cópias autenticadas, em suporte digital, quando legalmente admissível, ou em papel, durante o prazo de três anos, a contar da data do encerramento ou da aceitação da Comissão Europeia sobre a declaração de encerramento do PO;
- d) Proceder à publicitação dos apoios, em conformidade com o disposto na legislação europeia e nacional aplicável;
- e) Manter as condições legais necessárias ao exercício da atividade;
- f) Repor os montantes indevidamente recebidos e cumprir as sanções administrativas aplicadas;
- g) Manter a sua situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social, a qual é aferida até ao momento de assinatura do termo de aceitação ou de outorga do contrato, bem como na altura do pagamento dos apoios;
- h) Ter um sistema de contabilidade organizada ou simplificada, de acordo com o legalmente exigido;
- i) Dispor de um processo relativo à operação, preferencialmente em suporte digital, com toda a documentação relacionada com a mesma devidamente organizada, incluindo o suporte de um sistema de contabilidade para todas as transações referentes à operação;
- j) Assegurar o fornecimento de elementos necessários às atividades de monitorização e de avaliação das operações e participar em processos de inquirição relacionados com as mesmas;
- k) Adotar comportamentos que respeitem os princípios da transparência, da concorrência e da boa gestão dos dinheiros públicos, de modo a prevenir situações suscetíveis de configurar conflito de interesses, designadamente nas relações estabelecidas entre os beneficiários e os seus fornecedores ou prestadores de serviços.

6. Forma e limites dos apoios

A forma de apoio a atribuir às candidaturas a aprovar no âmbito do presente aviso reveste a natureza de subvenção não reembolsável.

No âmbito do presente AAC as operações são financiadas em regime de custos simplificados, na modalidade de Taxa Fixa de 40% dos custos diretos elegíveis de pessoal para cobrir os restantes custos elegíveis da operação, conforme o n.º 1 do artigo 68.º-B do Regulamento Geral (Regulamento UE n.º 1303/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013), na sua atual redação, aplicável nos termos definidos pela “Metodologia de aplicação Custos Simplificados no âmbito da Capacitação de atores e redes para a promoção ações desenvolvimento territorial nos domínios da educação, do emprego e nos domínios da educação, do emprego e empreendedorismo da aprendizagem ao longo da vida, formação e das políticas sociais”, aprovada pela Deliberação n.º 31/2019 da Comissão Interministerial de Coordenação a 22/11/2019 (cf. Anexo V).

7. Regras e limites à elegibilidade de despesas

São considerados elegíveis os custos diretos de pessoal com dirigentes e técnicos afetos à operação nas fases de conceção, preparação, desenvolvimento, gestão, acompanhamento e avaliação e cuja relação jurídica de emprego com o Beneficiário (Entidade Empregadora) seja de:

- a) Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a termo resolutivo, certo ou incerto, nos termos do disposto da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (anexa à Lei nº 35/2014, de 20 de junho, na sua versão atualizada);
- b) Contrato individual de trabalho por tempo indeterminado, a termo resolutivo, certo ou incerto, nos termos do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na sua redação atual.

São elegíveis os seguintes custos diretos de pessoal efetivamente incorridos e pagos pelos beneficiários para a execução das ações que integram a candidatura aprovada e para os quais haja relevância contabilística e evidência fáctica:

- a) A remuneração base;
- b) Subsídios de férias e de Natal, de forma proporcional ao período de execução da operação;

- c) O subsídio de refeição;
- d) As contribuições suportadas pela entidade beneficiária para a Segurança Social e para a Caixa Geral de Aposentações.

Não são considerados custos diretos de pessoal:

- a) Os suplementos remuneratórios, ou seja, os acréscimos remuneratórios devidos pelo exercício de funções em postos de trabalho que apresentam condições mais exigentes - de forma excecional e transitória ou de forma permanente - relativamente a outros postos de trabalho caracterizados por idêntico cargo ou por idênticas carreira e categoria, nomeadamente os que decorrem de: despesas de representação, trabalho extraordinário, trabalho noturno, trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados, trabalho fora do local normal de trabalho, trabalho arriscado, penoso ou insalubre, trabalho por turnos, trabalho em zonas periféricas, isenção de horário, secretariado de direção e abono para falha.
- b) Os prémios de desempenho e os descontos facultativos, designadamente, os prémios de seguros de doença ou de acidentes pessoais, de seguros de vida e complementos de reforma e planos de poupança-reforma e as quotas sindicais;
- c) As compensações pela caducidade do contrato de trabalho ou indemnizações por cessação do contrato de trabalho de pessoal afeto à operação, bem como as entregas relativas ao Fundo de Compensação do Trabalho.
- d) Os custos com pessoal dirigente e técnico quando em exercício de funções de apoio ou suporte, como por exemplo as funções de direção administrativa ou financeira, exceto quando diretamente visados pelos objetivos de capacitação dos projetos;
- e) Os custos com pessoal administrativo ou de apoio à preparação e implementação dos projetos;

Devem ser respeitados os seguintes limites:

- a) No que respeita às remunerações, o custo horário máximo elegível não pode exceder o custo obtido a partir da remuneração a que o pessoal tenha direito por força da sua relação laboral com a entidade empregadora, calculada nos termos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 15.º da Portaria nº 60-A/2015, de 2 de março, que institui o Regulamento de Normas Comuns do FSE, alterada pelas Portarias n.º 242/2015, de 13 de agosto, n.º 122/2016, de 4 de maio, n.º 129/2017, de 5 de abril, n.º 19/2018, de 17 de janeiro, n.º 175/2018, de 19 de junho, n.º 382/2019, de 23 de outubro, e n.º 127/2020, de 26 de maio, e n.º 255/2020, de 27 de outubro, tendo como limite o valor previsto para

a remuneração base dos cargos de direção superior de 1.º grau da Administração Pública, cujo valor não integra, para efeitos deste limite, quaisquer valores a título de despesas de representação;

b) Para efeitos de financiamento, quando se verifique acumulação das funções definidas nesta alínea no âmbito de uma operação ou acumulação de uma mesma função reportada a diferentes operações, destas não pode resultar, no conjunto das respetivas imputações às operações cofinanciadas, um valor elegível superior ao limite definido na alínea a) supra.

8. Duração dos projetos

A duração das operações, a apoiar ao abrigo do presente aviso, não pode ultrapassar a data de 30.06.2023.

9. Critérios de seleção das candidaturas

As candidaturas são avaliadas com base no seu mérito absoluto (MP) e relativo, o último dos quais resulta da comparação do mérito da operação avaliada com o mérito das demais operações candidatas, com hierarquização final das candidaturas avaliadas.

O mérito absoluto da operação é determinado pela soma ponderada das pontuações parcelares de cada um dos critérios de seleção, previstos no anexo I e aprovados no Comité de Acompanhamento do Centro2020, sendo estes classificados numa escala de 1 a 5 de acordo com a grelha de Avaliação constante do referido anexo.

Neste âmbito, determina-se que o projeto a selecionar não pode ter uma classificação final inferior a 3 pontos.

10. Limite ao número de candidaturas

Ao abrigo do presente AAC cada entidade beneficiária apenas poderá participar numa candidatura.

11. Taxas de financiamento

A taxa de cofinanciamento a aplicar é de 85% de contribuição europeia através do FSE, a incidir sobre o montante da despesa elegível, correspondendo os restantes 15% à contribuição pública

nacional, nos termos dos números 1 a 3 do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 34/2018, de 15 de maio, e n.º 127/2019, de 29 de agosto.

12. Forma e limites dos apoios

A forma de apoio a atribuir às candidaturas a aprovar no âmbito do presente aviso reveste a natureza de subvenção não reembolsável.

No âmbito do presente AAC as operações são financiadas em regime de custos simplificados, na modalidade de Taxa Fixa de 40% dos custos diretos elegíveis de pessoal para cobrir os restantes custos elegíveis da operação, conforme o n.º 1 do artigo 68.º-B do Regulamento Geral (Regulamento UE n.º 1303/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013), na sua atual redação, aplicável nos termos definidos pela “Metodologia de aplicação Custos Simplificados no âmbito da Capacitação de atores e redes para a promoção ações desenvolvimento territorial nos domínios da educação, do emprego e nos domínios da educação, do emprego e empreendedorismo da aprendizagem ao longo da vida, formação e das políticas sociais”, aprovada pela Deliberação n.º 31/2019 da Comissão Interministerial de Coordenação a 22/11/2019 (cf. Anexo V).

13. Documentação adicional

A candidatura deve contemplar os seguintes documentos adicionais, a anexar ao formulário de candidatura, concretamente no ecrã “documentos”:

- Memória descritiva que fundamente a candidatura (máximo 20 páginas);
- Documento demonstrativo dos métodos de cálculo que sustente o montante financeiro solicitado (de acordo com o modelo disponibilizado nos anexos III e IV);
- Documentos necessários para o apuramento do mérito da operação;
- Outra documentação que demonstre a experiência do beneficiário e o âmbito territorial de intervenção.

14. Modalidades, procedimentos e prazo para apresentação das candidaturas

A apresentação da candidatura é efetuada através da submissão de formulário eletrónico no Balcão do Portugal 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Balcao2020/>), doravante designado

por Balcão 2020, devendo ser instruída de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, e nos termos definidos no presente aviso.

Para apresentar a candidatura é indispensável que o beneficiário tenha efetuado registo e autenticação no Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada na qual o beneficiário poderá contar com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza do projeto, a Região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se.

Nessa área reservada o beneficiário deve confirmar e completar os seus dados de caracterização de entidade que serão usados nas suas candidaturas ao Portugal 2020.

A apresentação da candidatura decorre entre o dia útil seguinte ao da publicação do presente aviso e as 18H00 do dia 1 de abril de 2021.

15. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas

O processo de decisão das candidaturas integra três fases:

- i) Análise de admissibilidade, através da verificação das condições de elegibilidade do beneficiário e dos parceiros, nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação;
- ii) Avaliação do mérito do projeto, com base na metodologia e nos critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do Centro2020 e consubstanciados na respetiva grelha de análise, constantes do anexo I;
- iii) Decisão sobre o financiamento dos projetos, em conformidade com as regras de elegibilidade definidas e tendo em conta as disponibilidades financeiras.

A decisão fundamentada sobre a candidatura é proferida pela autoridade de gestão do Centro2020, no prazo de 60 dias úteis, a contar da data de encerramento do concurso, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação e de acordo com os demais prazos e procedimentos nele definidos, constantes do esquema do anexo II.

O prazo referido suspende-se em 10 dias úteis, quando sejam solicitados ao beneficiário quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer por uma vez.

Concluído este prazo, se não forem prestados os esclarecimentos requeridos, salvo motivo justificável, não imputável ao beneficiário e aceite pela autoridade de gestão, a candidatura

prossegue com os dados disponíveis, podendo determinar o seu indeferimento, quando os elementos em falta sejam determinantes para uma decisão favorável.

O candidato é ouvido no procedimento, nos termos legais, sendo concedido um prazo máximo de dez dias úteis para apresentar eventuais alegações em contrário, contados a partir da data de notificação da proposta de decisão, designadamente quanto à eventual intenção de indeferimento e aos respetivos fundamentos. Nos termos do n.º 3 do art.º 121.º do Código do Procedimento Administrativo a realização desta audiência prévia suspende a contagem do prazo fixado de 60 dias úteis para a adoção da decisão.

16. Aceitação da decisão

A aceitação da decisão da concessão do incentivo é feita mediante a assinatura do termo de aceitação previsto no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação, a qual é submetida eletronicamente e autenticada nos termos do seu artigo 11.º.

Nos termos do n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, na sua atual redação, a decisão de aprovação caduca, caso não seja assinado o termo de aceitação no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data da notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável ao candidato.

17. Pedido de alteração e regime de financiamento

A aceitação da decisão de aprovação da candidatura pelo beneficiário confere-lhe o direito a receber o financiamento para a realização das respetivas operações, nos termos do disposto nos n.ºs 6 e 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

O beneficiário tem direito, para cada candidatura plurianual aprovada, a receber um adiantamento no valor correspondente a 15% do montante do financiamento aprovado para cada ano civil, o qual é processado quando se cumparam, cumulativamente, as seguintes condições:

- a) Aceitação da decisão de aprovação, devidamente formalizada nos termos legais;
- b) Verificação da situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social;
- c) Verificação da situação regularizada em matérias de restituição no âmbito dos financiamentos dos FEEI;

d) Comunicação do início da operação.

Os pedidos de reembolso são efetuados com uma periodicidade mínima trimestral, devendo o beneficiário submeter eletronicamente, no sistema de informação, os dados físicos e financeiros requeridos.

Os pedidos de alteração à decisão de aprovação são igualmente formalizados na plataforma eletrónica do sistema de informação.

Se o beneficiário não for notificado da decisão no prazo máximo de 30 dias úteis, o pedido de alteração considera-se tacitamente deferido, excetuando-se as situações que determinem alterações ao plano financeiro aprovado na programação financeira, as quais exigem decisão expressa a ser proferida no prazo de 60 dias úteis, sem prejuízo do previsto nos n.ºs. 7 e 8 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

Quando, nas candidaturas plurianuais, o financiamento aprovado para o ano civil não seja integralmente executado, as verbas em causa transitam automaticamente para o ano civil seguinte.

Tratando-se de candidaturas plurianuais, o beneficiário fica obrigado a submeter eletronicamente, até 15 de fevereiro de cada ano, a informação anual da execução física e financeira, reportada a 31 de dezembro do ano anterior, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

A decisão dos pedidos de reembolso é emitida no prazo de 30 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a autoridade de gestão solicite, por uma única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de reembolso em análise.

O beneficiário tem direito ao reembolso das despesas, desde que a soma do adiantamento e dos pagamentos intermédios de reembolso não exceda os 85% do montante total aprovado.

O pedido de pagamento de saldo final deve ser apresentado em formulário próprio, na plataforma eletrónica do sistema de informação, no prazo de 45 dias úteis, a contar da data da conclusão da candidatura, referente ao período que medeia entre o último pedido de reembolso apresentado e o pedido de pagamento de saldo.

Em sede de análise dos pedidos de pagamento de reembolso e saldo é avaliada a elegibilidade e conformidade das despesas apresentadas pelo beneficiário, podendo em saldo final ser revisto o custo total aprovado em candidatura, em função do grau de execução da operação, bem como do cumprimento das metas contratualizadas.

A decisão do pedido de pagamento de saldo é emitida no prazo de 45 dias úteis, a contar da data de receção do pedido, o qual se suspende quando a autoridade de gestão solicite, por uma única vez, cópias dos documentos originais, outros documentos ou esclarecimentos adicionais relativos ao pedido de saldo.

18. Dotação indicativa do fundo a conceder

A dotação indicativa de Fundo Social Europeu (FSE), a alocar ao presente aviso é de 1.500.000 € (1 milhão e quinhentos mil euros), limitado a um valor máximo de 340.000 €, por candidatura.

19. Identificação dos indicadores de resultado a alcançar

Prosseguindo a orientação para resultados, é objeto de contratualização e monitorização o contributo para os seguintes indicadores:

Indicadores	
Indicadores de Resultado	Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados
Indicadores de Realização	Ações de sensibilização/informação realizadas

20. Regras de informação e comunicação sobre o financiamento das operações

Todas as ações de informação e comunicação, bem como qualquer produto desenvolvido ou documento relacionado com a operação apoiada, devem reconhecer o apoio por fundos europeus, apresentando obrigatoriamente os logótipos do CENTRO 2020, do PORTUGAL 2020 e da União Europeia, com referência ao Fundo Social Europeu (por extenso), de acordo com os respetivos manuais de normas gráficas.

21. Divulgação de resultados e pontos de contacto

No portal Portugal 2020 (www.portugal2020.pt) e do sitio do CENTRO 2020 (www.centro.portugal2020.pt) os candidatos, têm acesso:

- a) A outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadradora;
- b) Suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso;
- c) A pontos de contato para obter informações adicionais;

d) Aos resultados deste concurso.

22. Outras disposições

Ao presente aviso aplica-se, de forma subsidiária, o disposto no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na Portaria n.º 60-A/2015, de 2 de março, ambos os diplomas na sua atual redação, e nos Regulamentos (UE) n.º 1303/2013 e n.º 1304/2013, de 17 de dezembro, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013.

22 de janeiro de 2021

A Presidente Comissão Diretiva do PO Regional do Centro

Isabel Damasceno

Anexo I – Avaliação de Mérito

No presente âmbito, a metodologia de cálculo para seleção dos projetos é baseada no indicador de Mérito do Projeto (MP), determinado pela seguinte fórmula:

$$\text{MP: } 0,5 A + 0,5 B \quad \text{em que:}$$

A. QUALIDADE DO PROJETO

O presente critério pretende avaliar se os objetivos e as ações são adequados à estratégia e necessidades identificadas pela entidade e aos seus destinatários sendo, para o efeito, utilizados os seguintes subcritérios:

- A1 - Adequação dos objetivos à estratégia e necessidades identificadas pela entidade
- A2 - Adequação da operação aos objetivos e metas
- A3 - Capacidade técnica e financeira
- A4 - Adequação institucional do modelo de governação e constituição ou reforço de parceria

Em que:

$$A = 0,3 A1 + 0,3 A2 + 0,3 A3 + 0,1 A4$$

Subcritério A1 - Adequação dos objetivos à estratégia e necessidades identificadas pela entidade

Pretende-se avaliar a adequação da operação aos objetivos do promotor ou rede de atores, com vista à promoção do desenvolvimento territorial, e colmatar das necessidades identificadas, a qualidade do diagnóstico efetuado e a coerência com a abordagem proposta.

Subcritério A2 – Adequação da operação aos objetivos e metas

Pretende-se avaliar a adequação das ações constantes da operação para a concretização dos objetivos e metas fixadas. Neste parâmetro será analisada a pertinência e exequibilidade das metas assumidas, a coerência face aos objetivos e a razoabilidade orçamental da operação.

Subcritério A3 - Capacidade técnica e financeira

Pretende-se avaliar a capacidade técnica e financeira do promotor e a sua adequação com os objetivos traçados, sendo a capacidade técnica aferida pelas competências acumuladas pela

entidade na gestão de redes e de parcerias, pela qualidade da equipa técnica a capacitar e pelo *track record* em projetos de incidência temática, e a capacidade financeira pela demonstração da capacidade para executar o projeto de acordo com o plano financeiro.

Subcritério A4 - Adequação institucional do modelo de governação e constituição ou reforço de parceria

Pretende-se avaliar a adequação do modelo de governação da rede a capacitar, considerando a clareza na identificação dos objetivos e âmbito de intervenção da rede e na delimitação das intervenções entre a rede e as intervenções individuais.

B. Impacto da Operação

Pretende-se avaliar os impactos nos resultados do PO e nas agendas regionais, bem como na capacitação de atores e de redes de atores, com especial ênfase na gestão de redes e de parcerias, promovendo assim a atuação integrada e coordenada, com os seguintes subcritérios:

- B1 - Contributo da operação para os Indicadores de Resultado do PO;
- B2 – Contributo para as agendas prioritárias regionais;
- B3 - Contributos para a potenciação de sinergias operacionais.

Em que:

$$B = 0,4 B1 + 0,4 B2 + 0,2 B3$$

Subcritério B1 – Contributo da operação para os Indicadores de Resultado do PO

Pretende-se avaliar o contributo da operação para os Indicadores de Resultado do PO avaliado em função da relevância da operação para a concretização dos referidos indicadores.

Subcritério B2 – Contributo para as agendas prioritárias regionais

Pretende-se avaliar o impacto das operações no âmbito das diferentes agendas prioritárias regionais, tendo igualmente em consideração o contributo nos diferentes Domínios Temáticos.

Subcritério B3 - Contributos para a potenciação de sinergias operacionais

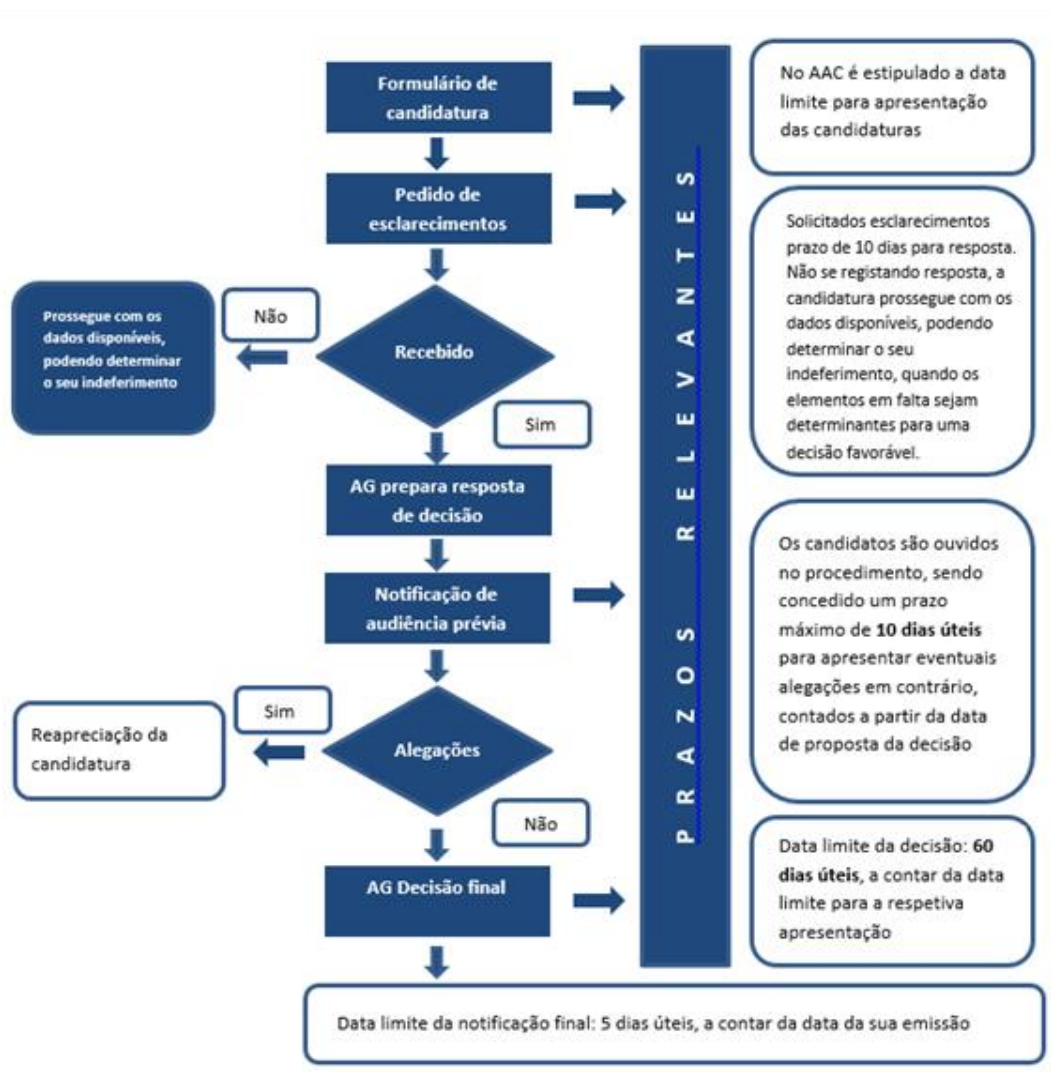
Pretende-se avaliar o contributo do projeto para o aproveitamento de sinergias avaliado quer pelo impacto aumentado dos efeitos decorrentes da articulação em rede e de uma gestão eficaz

dessa rede, quer pelas poupanças estimadas (economia de escala) resultantes da maior racionalidade de uma intervenção articulada face a intervenções individuais.

OPERACIONALIZAÇÃO DA GRELHA DE MÉRITO DO PROJECTO

A. Qualidade do Projeto	Fraco	Médio	Forte	50%
A1 - Adequação dos objetivos à estratégia e necessidades identificadas pela entidade				30%
Diagnóstico: Identificação clara das necessidades diagnosticadas	1	3	5	
Objectivos: Claramente identificados e consistentes com o diagnóstico	1	3	5	
A2 - Adequação da operação aos objetivos e metas				30%
Actividades: Claramente identificadas, estruturadas e articuladas (cronograma) e são adequadas à prossecução dos objectivos	1	3	5	
Tipologias de Custos: As despesas da operação são adequadas à tipologia e coerentes com as actividades programadas	1	3	5	
A3 - Capacidade técnica e financeira				30%
É claramente demonstrada a sustentabilidade financeira e operacional dos resultados após a conclusão da operação	1	3	5	
É evidenciada a existência de uma equipa de projecto com experiência, responsabilidades e competências próprias na execução da operação, quer ao nível da coordenação global, quer ao nível da gestão e implementação das actividades	1	3	5	
A4 - Adequação institucional do modelo de governação e constituição ou reforço de parceria				10%
Adequação das parcerias estabelecidas pelo beneficiário no que se refere à representatividade territorial e setorial dos parceiros	1	3	5	
B. Impacto da Operação	Fraco	Médio	Forte	50%
B1 - Contributo da operação para os Indicadores de Resultado do PO				30%
Os resultados da operação e de cada actividade estão claramente identificados	1	3	5	
B2 – Contributo para as agendas prioritárias regionais				30%
Grau de alinhamento da intervenção com as agendas prioritárias regionais e/ou com os Domínios Prioritários da RIS 3 do Centro	1	3	5	
B3 - Contributos para a potenciação de sinergias operacionais				40%
Potencial de demonstração e disseminação de resultados tendo em conta o número de parceiros envolvidos	1	3	5	
TOTAL				100%

Anexo II – Diagrama dos procedimentos de análise e decisão das candidaturas



Notas:

¹ Os procedimentos de análise e decisão das candidaturas são os constantes do disposto nos artigos 17.º e 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação.

² Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua atual redação a decisão de aprovação caduca caso não seja assinado o termo de aceitação no prazo máximo de 30 dias úteis, a contar da data de notificação da decisão, salvo motivo justificado, não imputável à entidade beneficiária e devidamente aceite pela autoridade de gestão.

³ A contagem dos prazos indicados é feita nos termos do disposto no artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou em anexo o Código do Procedimento Administrativo.